

DISCUSSÃO / VOTAÇÃO
APROVADO ☐
UNANIMIDADE ☐
FAVORÁVEL ☐
SALA DAS SESSÕES ☐
PRESIDENTE ☐
REJEITADO ☐
MAIORIA ☐
CONTRA ☐



MUNICÍPIO DE BARIRI

VETO Nº 05

OBJETO DE DELIBERAÇÃO

Às Comissões e

SALA SESSÕES

27 / 11 / 2025

Bariri, 25 de novembro de 2025.

MENSAGEM Nº 66/2025

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 33/2025 – AUTÓGRAFO Nº 67/2025

AUTOR: VEREADORA ALINE MAZO PREARO - REPUBLICANOS

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho a essa Egrégia Câmara Municipal a presente Mensagem de Veto Parcial ao Autógrafo nº 67/2025, que "Cria o programa Banco de Empregabilidade para mulheres vítimas de violência", aprovado por essa Casa Legislativa.

RAZÕES E JUSTIFICATIVAS DO VETO

O autógrafo em referência dispõe sobre a instituição de programa destinado à inserção de mulheres vítimas de violência no mercado de trabalho, com o louvável objetivo de promover integração social, reduzir vulnerabilidades e ampliar oportunidades às munícipes em situação de risco.

Após análise jurídica promovida pela Procuradoria Jurídica do Município, foram identificadas inconstitucionalidades formais nos artigos 5º, 6º e 7º do autógrafo.

Conforme apurado, tais dispositivos atribuíram diretamente funções, competências e responsabilidades a órgãos específicos da Administração Municipal: Setor de Desenvolvimento, Casa da Mulher e Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT).

Ocorre que, nos termos do Art. 61, II, "a", da Constituição Federal, reproduzido obrigatoriamente pelo Art. 24, § 2º, 1, da Constituição do Estado de São Paulo e pelo Art. 39, I, da Lei Orgânica do Município, é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo propor leis de criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração.

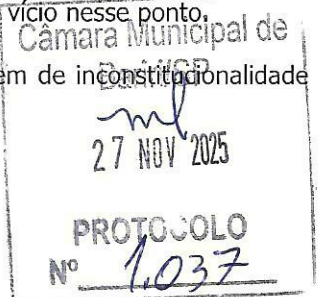
Embora o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Tema 917 da Repercussão Geral, tenha flexibilizado a interpretação acerca da criação de despesas por iniciativa parlamentar, estabeleceu como limite expresso que tais proposições não podem tratar da estrutura ou da atribuição dos órgãos do Poder Executivo, nem do regime jurídico de seus servidores.

A redação dos artigos vetados extrapola esse limite, na medida em que impõe obrigações administrativas e funcionais a setores específicos da Administração, configurando vício formal insanável de iniciativa.

Registre-se que, ainda que os referidos dispositivos fossem sancionados, persistiria a possibilidade de declaração de sua inconstitucionalidade, à luz do precedente do STF, de observância obrigatória (art. 927, I e IV, do CPC).

Por outro lado, destaca a Procuradoria Jurídica que o parágrafo único do art. 1º do autógrafo apenas reproduz atividades já exercidas pela Casa da Mulher, não havendo vício nesse ponto.

Diante disso, impõe-se o veto apenas aos dispositivos que padecem de inconstitucionalidade formal.





MUNICÍPIO DE BARIRI

Ficam vetados, por inconstitucionalidade formal, os artigos 5º, 6º e 7º do Autógrafo nº 67/2025.

Permanece íntegro o restante do texto, cujas finalidades e objetivos são meritórios e convergem com as políticas municipais de proteção às mulheres vítimas de violência.

À vista das razões expostas, e com fundamento no Art. 40, "c", da Lei Orgânica do Município, devolvo o Autógrafo nº 67/2025 com veto parcial, para apreciação desta Câmara Municipal.

Sendo o que se apresenta ao momento, reafirmo na oportunidade protestos de distinta consideração.

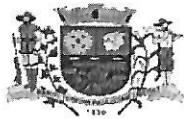
Atenciosamente,

AIRTON LUIS
PEGORARO:4874671195
3

Assinado de forma digital por
AIRTON LUIS
PEGORARO:48746711953
Dados: 2025.11.27 13:57:48 -03'00'

AIRTON LUIS PEGORARO
Prefeito de Bariri

A Sua Excelência o Senhor
RICARDO PREARO
Presidente da Câmara Municipal de Bariri



PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE BARIRI/SP

Processo nº 6302/2025 - Flowdocs

Interessado: Câmara Municipal de Bariri

Assunto: Autógrafo nº 67/2025

Parecer Jurídico - NSADM nº 016/2025

I - OBJETO DA ANÁLISE

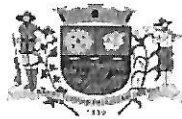
Cuida-se de solicitação de parecer jurídico formulada pelo Setor de Protocolo a respeito da legalidade do Projeto de Lei nº 33/2025, de autoria parlamentar e aprovado pela Câmara Municipal através do autógrafo descrito em epígrafe, o qual cria o programa "Banco de Empregabilidade para mulheres vítimas de violência".

Visto e relatado o autógrafo, passa-se à análise de seu teor quanto aos aspectos formais e materiais, nos termos da atribuição de análise de minutas e textos de projetos de lei prevista no Art. 9º, VIII da Lei Municipal nº 4.651/2015.

II - FUNDAMENTAÇÃO

De proêmio, impende estabelecer os limites do alcance da análise a ser empreendida no presente parecer jurídico, elaborado com esboço na competência da Procuradoria do Município de consultoria jurídica através de pareceres aos órgãos da Administração Municipal, disposta nos artigos 4º, inciso IV e 9º, inciso V da Lei Municipal nº 4.651/2015, cumprindo aqui a análise técnica exclusiva aos aspectos jurídicos concernentes aos pontos aventados, baseada nas informações apresentadas, de modo que a análise jurídica se dá estritamente com o objetivo de nortear e auxiliar o controle interno dos atos da Administração Pública através de uma conclusão meramente opinativa, e portanto a conclusão do parecer jurídico não vincula a tomada de decisão do Chefe do Executivo quanto à sanção ou o veto do autógrafo, considerando que o objeto da análise consiste em projeto de lei de autoria parlamentar aprovado pela Câmara Municipal.





PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE BARIRI/SP

Desta forma, mesmo na hipótese de derrubada de veto ao dispositivo, o precedente do Tema 917 do STF será aplicado em sede de controle de constitucionalidade.

Por fim, é importante fazer a observação quanto ao parágrafo primeiro do Art. 1º do Autógrafo nº 67/2025 que embora preveja atribuições à unidade da Casa da Mulher, apenas reproduz atos que já são praticados naquela unidade, não havendo transgressão nesse dispositivo do princípio da reserva da administração.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, nos termos do Art. 40, “c” da Lei Orgânica do Município, a Procuradoria Jurídica opina pelo veto **parcial** ao Autógrafo nº 67/2025, por vício de inconstitucionalidade formal dos artigos 5º, 6º e 7º do projeto de lei, haja vista que é de iniciativa privativa do Poder Executivo a fixação das atribuições de seus órgãos e servidores, havendo incompatibilidade destes dispositivos com o Art. 24, § 2º, 2 da Constituição Estadual de São Paulo.

É o parecer.

Bariri, 07 de novembro de 2025.

DANILLO ALFREDO NEVES
Procurador do Município
OAB/SP 325.369



MUNICÍPIO DE BARIRI

RUA FRANCISCO MUNHOZ CEGARRA, Nº 126 - CENTRO

CEP: 17250-000 - BARIRI - SP

FONE: (14) 3662-9200 (14) 3662-9206



CÓDIGO DE ACESSO

89E88DE387794590B76DE506ABFB72EB

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: DANILLO ALFREDO NEVES em 07/11/2025 19:33:11
CPF:***.***-498-59
Certificadora: MUNICÍPIO DE BARIRI - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://bariri.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/89E88DE387794590B76DE506ABFB72EB>